

SEGURANÇA DO ESTADO VS SEGURANÇA HUMANA EM CABO VERDE: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO-SOCIAL DE 1975-1990

State Security vs Human Security in Cape Verde: An Analysis of the Evolution of the Political-Social Process from 1975 to 1990

Adilson de Jesus Cabral Tavares

Doutor pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova, (FCSH) Portugal

Orcid <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0009-6383-3804>

Lattes <http://lattes.cnpq.br/4914211147178428>

Resumo

No século XV ser potência colonial granjeava prestígio internacional, a partir da II Guerra Mundial, era desprezível, inaceitável pela comunidade internacional. Por outro lado, o período pós-II Guerra Mundial marca uma era de afirmação de movimentos políticos emancipatórios a favor da descolonização que aproveitava a mudança de cultura política internacional, inclusive, o aparecimento de instrumentos normativos como a Carta das Nações Unidas (que plasma o princípio da autodeterminação dos povos) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O objetivo central deste artigo é analisar a evolução do processo político-social em Cabo Verde no período pós-colonial (1975-1990) e tentar perceber se a prática política alicerçada no princípio de segurança do partido-estado não comprometeu em certos casos a prática política de segurança humana e da sobrevivência nacional, como princípios basilares da independência. Conclui-se, que o discurso legitimador da independência nacional primava por uma visão teleológica de um futuro de paz, desenvolvimento, progresso, segurança e sobrevivência nacional. Porém, houve uma dualidade entre uma prática política autoritária e uma retórica discursiva de garantia de segurança humana, por vezes contraditórias. Pretendemos esclarecer estes pressupostos através de uma metodologia comparativa, histórico-política, depoimento de testemunhos e actores políticos, pesquisa e análise de conteúdos de documentos e induzir a nossa problemática a partir da realidade contextual do período.

Palavras-Chaves: Segurança Humana; Regime Político; Cabo Verde.

Abstract

In the fifteenth century, being a colonial power gained international prestige, from World War II onwards, it was despicable, unacceptable by the international community. On the other hand, the post-World War II period marks an era of affirmation of emancipatory political movements in favor of decolonization that took advantage of the change in international political culture, including the appearance of normative instruments such as the United Nations Charter (which embodies the principle of self-determination of peoples) and the Universal Declaration of Human Rights. The main



objective of this article is to analyze the evolution of the political-social process of Cape Verde in the post-colonial period (1975-1990) and to try to understand if the political practice based on the principle of security of the party-state did not compromise in certain cases the political practice of human security and national survival, as basic principles of independence. It is concluded that the legitimizing discourse of national independence stood out for a teleological vision of a future of peace, development, progress, security and national survival. However, there was a duality between an authoritarian political practice and a discursive rhetoric to guarantee human security, sometimes contradictory. We intend to clarify these assumptions through a comparative, historical-political methodology, testimony of testimonies and political actors, research and analysis of document contents and induce our problematic from the contextual reality of the period.

Keywords: Human Security; Political Regime; Cape Verde.

Introdução

No século XV ser potência colonial era algo que granjeava prestígio internacional, no século XX, mais concretamente a partir da II Guerra Mundial, ter colónias era visto como algo de desprezível, inaceitável pela comunidade internacional. Por outro lado, o período pós-II Guerra Mundial marca uma nova era de afirmação de movimentos políticos e emancipatórios a favor da descolonização, que aproveitava a mudança de cultura política internacional, inclusive, e o aparecimento de instrumentos jurídicos e normativos como a Carta das Nações Unidas, que plasma o princípio da autodeterminação dos povos.

Essa evolução do processo político e cultural culminou em vagas de descolonização sem precedentes, com destaque para descolonização africana. Uns conseguiram a independência de forma pacífica e/ou negocial; outros casos, o processo foi marcado por ruptura, alicerçado na luta de libertação nacional, com impactos negativos na evolução dos processos políticos no período pós-colonial.

Com base na análise dos discursos políticos e emancipatórios a favor da descolonização africana, notava-se uma visão optimista, progressista, simplista e teleológica no que tange ao «futuro» da África pós-colonial. Porém, com a autonomia



política, verificou-se uma serie de contradições de natureza política, económica e cultural que comprometeu seriamente o desenvolvimento do continente.

Baseando-se na problemática acima descrita, o objectivo central deste artigo é analisar a evolução do processo político e social de Cabo Verde no período pós-colonial (1975-1990) e tentar perceber se a prática política alicerçada no princípio de segurança do partido-estado (que era típico do período) não comprometeu em certos casos a prática política de segurança humana, sobrevivência nacional que constituíram os princípios basilares da independência nacional.

Hipoteticamente vamos partir do pressuposto de que o discurso legitimador das independências nacionais primava por uma visão teológica e narrativa de um futuro de paz, desenvolvimento, progresso, segurança e sobrevivência nacional. Porém, com a efectivação da independência, houve uma dualidade entre uma prática política autoritária e uma retórica discursiva de garantia de segurança humana, por vezes contraditórias. Pretendemos esclarecer estes pressupostos através de uma análise comparativa, histórico-política, depoimento de testemunhos e actores políticos, pesquisa e análise de conteúdos de documentos e induzir a nossa problemática a partir da realidade contextual do período.

No que tange ao itinerário do artigo, vamos ter uma introdução geral, uma secção teórica sobre a evolução teórica de segurança e uma terceira secção em que analisamos a evolução da segurança do partido-estado com a segurança humana em Cabo Verde (1975-1990), por último, apresentamos considerações finais.

1. Da segurança clássica à multidimensionalidade da segurança

As grandes lentes teóricas das relações internacionais, que culminaram nas teorias de segurança, surgiram nos contextos de conflitos ou de rupturas. Assim, a configuração das teorias de segurança como um dos objectos de estudo da disciplina de Relações Internacionais tem origem num conjunto de conflitos internacionais, cujas consequências tiveram impactos nas formulações teóricas ou das retóricas políticas e/ou discursivas, que se afiguraram como soluções e projectos para uma paz duradoura na política



internacional. Nesse sentido, a segurança coletiva afigura-se como a primeira lente teórica de segurança internacional no campo epistémico das relações internacionais, tendo como precursor Immanuel Kant, que apresentou um projeto filosófico que consistia numa filosofia teleológica do futuro pacífico da humanidade e uma alternativa credível à política de balança de poderes (Kant 2003).

Com as consequências da II Guerra Mundial, o pacifismo kantiano, idealizado no seu projeto filosófico *Em direção à Paz Perpétua* foi alvo de reflexão e retomado como um projeto político (Wilson 1927, 182-183) e referencial teórico¹ na institucionalização do princípio de segurança colectiva, que culminou na criação da Sociedade das Nações (SDN). Porém, o fracasso da SDN – ditado por um conjunto de fatores como a não-participação dos EUA na organização, a ausência de mecanismos de sanções contra os potenciais Estados agressivos, a insatisfação da Alemanha para com as políticas impostas que resultou da negociação, e consequentemente, a incapacidade da SDN em evitar a II Guerra Mundial – pôs em causa o projeto internacional liberalista (Carr 1939) e contribui para germinação e a afirmação da abordagem conflitual-competitiva da segurança internacional, destacando-se então a contribuição teórica de autores como Morgenthau (1967), Carr (1939), Niebuhr (1959) ou Waltz (1959).

A segurança conflitual-competitiva foi teorizada e conceptualizada em resultado de um ambiente estratégico e securitário internacional caracterizado por hostilidades ou ameaças sobretudo de natureza militar entre os Estados, abordagem amplamente dominante nas literaturas clássicas ou tradicionalistas, pelo menos, até ao final da Guerra Fria (Aron 1962; Bull 1977; Carr 1939; Morgenthau 1967; Niebuhr 1959; Waltz 1979). É nesta óptica que James Wirtz (2007, 337-355), Chis Brown e Kirsten Ainley (2012) advertem que, durante este período, as conceptualizações da segurança se centraram em aspectos e temáticas como a guerra e paz entre os Estados, a dissuasão nuclear ou a securitização do ambiente estratégico nacional. Por outras palavras, os aspectos estruturais das relações internacionais como o sistema dos Estados, o poder, a economia

¹ No que tange à sistematização do pensamento internacional liberalista ver Long e Wilson (1995).



e a guerra, acabaram por moldar todo o espectro conceptual das teorias da securitização.

Uma análise deste paradigma conceptual de segurança, em que questões como a integridade territorial e soberana se afiguraram como princípios absolutos e invioláveis (Walzer 1977), permite-nos afirmar que, devido ao ambiente geopolítico, geoestratégico e securitário internacional, as preocupações no sentido de uma maior securitização do ambiente estratégico nacional ou da segurança estatal, nomeadamente com a problemática do dilema de segurança, do equilíbrio de poderes ou da procura pela hegemonia ou reposicionamento no sistema por parte dos Estados tornaram-se mais importantes. Isto levou os principais teóricos do paradigma tradicional de segurança a cingir o estudo da segurança à ameaça, ao uso e à gestão da força militar (Shultz, Godson e Greenwood 1993, 2-3; Walt 1991, 211-239; Tavares 2016).

Entretanto, as metamorfoses do contexto securitário internacional têm tido impactos no redimensionamento do campo conceptual da segurança, que tem extravasado o campo militar ou dos aspectos estruturais da política internacional. É nesta óptica que emergiram outros paradigmas de análise conceptual, como a segurança cooperativa, a segurança comum/colectiva e, não menos importante, a segurança humana. Assim, ao contrário da segurança competitiva-conflitual, em que os seus teorizadores supracitados, como Carr e Morgenthau, consideram que, perante o ambiente estratégico e securitário internacional hostil e estando enraizados na própria lógica do funcionamento da natureza anárquica da política internacional, os padrões éticos e morais acabam por se circunscrever ou subalternizar aos interesses de securitização e sobrevivência nacional; os teorizadores que tendem para a conceptualização da segurança cooperativa invocam outros atributos na política internacional que facilitam a cooperação securitária. Um desses elementos facilitadores que pode resultar num elevado arranjo cooperativo é a existência de interesses mútuos, fazendo com que a segurança conflitual e competitiva possa ser substituída ou, pelo menos, atenuada pela cooperação (Beeson 2007; Dewitt 1994, 1-15; Evans 1993, 15-26; Nye 2004; Tavares 2016).



Segundo os principais defensores deste paradigma de cooperação securitária, que é muito associada às perspectivas teóricas do liberalismo e/ou do institucionalismo, vários outros aspectos facilitam esta cooperação, como o elevado grau de interdependência económica e do quadro sistémico internacional (Keohane 1989; Keohane e Nye 2001, 3 e 21-22), o papel das instituições e normas comuns (Vayrynen 1999, 11-23) ou as similitudes políticas, ideológicas e económicas entre os Estados, particularmente a partilha dos valores como a democracia e economia de mercado (Fukuyama 2001; Nye 2003; Nye 2002, 50; Tavares 2016). De um modo geral, são alguns dos ingredientes ou atributos que incrementam a paz e a cooperação internacional e que, ao mesmo tempo, na perspectiva analítica supramencionada, fornecem subsídios para (re)conceptualizar o paradigma de segurança cooperativa.

Ainda nesta lógica de (re)conceptualizar a segurança devido à complexidade do sistema internacional, tem tido reflexo na ampliação do campo conceptual da securitização, e vem sendo cada vez mais invocado, o princípio da segurança comum, colectiva, pilar de segurança comum, segurança completa, segurança global ou, não menos importante, a segurança humana. As preocupações ou o interesse em incluir estas referências na conceptualização da segurança prendem-se com as dinâmicas da globalização e, consequentemente, com o incremento de novos sectores fragmentados na política internacional, o que tem diminuído a capacidade de actuação dos Estados, inclusive fazendo com que o Estado deixasse de ser considerado a única ou a principal referência na conceptualização da segurança (Badie 1999, 11-23; Paris 2001; Prins 1994, Correia 2010; Tavares 2016).

Assim, se para autores como Gallois (1990) o Estado-nação constituía a principal referência em todas as análises de natureza geopolítica e securitária, novos aspectos – como a preocupação em torno da gestão e segurança ambiental, a segurança e o desenvolvimento humano – vêm ocupando um lugar de destaque em termos geopolíticos, ao encontro daquilo que já referenciamos como a multidimensionalidade da segurança, que ocupa um papel de destaque na teoria de securitização levada a cabo pelos teóricos



da Escola de Copenhaga (Buzan 1991; 1997, 5-28; 1998; Buzan e Waever 1997, 241-250;). Por outro lado, no século XXI, num novo recorte geopolítico mundial em que se registou um dos acontecimentos mais proeminentes na geopolítica mundial – o atentado terrorista do 11 de Setembro de 2001, que autores como Timothy Ash (2006, 15-28) consideram um ataque ao coração do Ocidente, pondo em causa a superioridade da superpotência política, militar e económica e a sua insuficiência para fazer face a novas ameaças fragmentadas na política internacional –, a ideia da segurança internacional tornou-se mais complexa, tendo, de certa forma, sido repensada pelos principais actores internacionais. Ameaças e riscos extremos à segurança e à defesa podem pôr em causa a soberania nacional e levar à disfuncionalidade do Estado, como tem acontecido com os Estados frágeis ou párias, que perderam os seus poderes soberanos a partir do momento que deixaram de garantir a segurança nacional. «Estados» nesta situação têm provocado sérias discussões, nomeadamente no que tange à possibilidade de intervenções externas, visto que muitas vezes põem em causa os direitos humanos ou constituem ameaças à paz e à segurança internacional. Para além das Nações Unidas, cuja Carta legitima intervenções nesses casos, vários autores defendem a intervenção (Sahnoum 1998, 87-98; Bowden 1999; Gourevitch 1999; Booth 2000, 67-87).

O alargamento do campo conceptual da segurança vem acompanhado de propostas conceptuais e de novos indicadores que permitem rever este conceito, nomeadamente no que diz respeito à problemática dos direitos humanos e das questões ecológicas e ambientais, sobretudo à medida que vem sendo provada a incapacidade ou a ineficácia da actuação do Estado nos moldes da função tradicional do paradigma vestefaliano para salvaguardar essas dimensões da segurança (Booth 1991, 313-326; Brown e Ainley 2012, 372-410; Thacur 1997, 52-80). Nesta óptica, se John Gray (2004, 25-49), entre outros, realça mais as ameaças assimétricas de natureza não-estatal como o terrorismo transnacional, outros autores colocam a tónica sobre os perigos globais, como os efeitos das alterações climáticas no sistema ecológico e na segurança humana (Fischer 1993; Mathews 1989, 162-167; Singer 2004, 25-40; Tavares 2016).



As propostas para a minimização das novas ameaças vão desde a construção de uma comunidade de segurança assente numa ética internacional pluralista, ou seja, a institucionalização de uma sociedade internacional de Estados regida por regras que terão impactos positivos na edificação de uma segurança comum – contudo, em grande medida, os defensores deste paradigma sustentam o princípio da soberania estatal, sendo que uma das regras que regem a comunidade é a não-intervenção (Brown e Ainley 2012, 92-98) – ; até propostas mais radicais, que advogam a necessidade de «flexibilizar» ou diminuir o valor da soberania nacional indexado ao paradigma do Direito Internacional Tradicional, em prol da institucionalização de mecanismos globais e supranacionais como soluções no sentido da adaptação de um novo contexto securitário pós-Estado-nação (Armstrong 2013; Hurrelmann, Schneider e Steffek 2007; Tavares 2016).

1.1. Enquadramento de prismas teóricos na análise da problemática

O primeiro enfoque teórico é o paradigma conceptual da multidimensionalidade de segurança. Este paradigma teórico analisa a segurança nas suas múltiplas dimensões como económica, ambiental, social, entre outras (Buzan 1991; Rousseau 1973). Uma análise que se vem consolidando, particularmente no contexto securitário pós-Guerra Fria, com a teoria de securitização, notando-se, no entanto, uma abordagem tímida na filosofia e teoria política iluminista, tendo como referências as abordagens de Rousseau na sua filosofia do direito, com enfoque na liberdade e direito (Rousseau 1973); na filosofia liberal de John Locke, em defesa de um regime político constitucional, da descentralização e da separação dos poderes como pressupostos de garantia de liberdades em oposição ao despotismo (Locke 2007); na filosofia de direito de Montesquieu 1979); na filosofia kantiana, que defende uma constituição republicana, segundo os princípios de hospitalidade e humanidade (Kant 2003), levando ao aparecimento de instrumentos jurídicos e normativos como a Carta das Nações Unidas (ONU 2009) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU 2009).

Esta problemática da segurança humana teve mais consistência no contexto securitário pós-Guerra Fria com o reforço das doutrinas do Direito Internacional



Humanitário (Brown e Ainley 2012, 372-410), em estreita harmonização com a lógica da funcionalidade do Estado de Direito Democrático, que consiste na limitação do poder político em relação aos direitos e liberdade dos cidadãos (Miranda 2003, 9-35) e o modelo da democracia liberal representativa que coloca a tônica nos direitos e liberdade político-sociais (Schumpeter 2006).

Esta visão abrangente da segurança considera que a mesma vai para além do estatal ou militar, refutando assim a abordagem realista, que para além de estatizar a segurança, considera que esta configuração estatocêntrica afigura-se numa dinâmica de poder entre os Estados, na qual esta realidade ou lógica não muda (Morgenthau 1990, 130-147). Pelo contrário, a abordagem abrangente da segurança, que dá grande destaque à segurança humana, apresenta uma visão análoga que não se demarca dos grandes pensadores construtivistas da teoria das relações internacionais, com o argumento central de que as realidades são socialmente construídas (Wendt 1999; Onuf 1998, 58-78; Searle 1995; Kratochwil 1989; Adler 1997, 319-364).

A abordagem teórica da segurança humana, em parte, aplica-se na análise da nossa problemática, pelo menos no discurso e retórica política dos bastidores da luta pela emancipação política do continente africano, cujo objectivo da independência era libertar o continente do imperialismo e da opressão, e dar ao povo um nível de vida diferente e melhor do que foi concedido durante o período colonial (Ki-Zerbo 2010, 595-602; Elaigwu e Mazrui 2010, 519-563).

A segunda lente teórica que se aplica com alguma consistência na análise da nossa problemática é a do realismo (abordagem conflitual competitiva). Esta abordagem teórica aplica-se na configuração estatal em África para o período em análise (1975-1990) devido a uma afiguração de organização política e administrativa bastante estatizante e centralizada, equipara ao modelo do centralismo político soviético (Miranda 2003; Zippelius 1997), regendo-se pela concepção weberiana do estado como monopólio legítimo do uso da força física (Weber 1991, 77-128; 2005), mas que paradoxalmente esta legitimidade do uso da força não foi disciplinada pelo direito. Esta configuração estatal



centralizada, por vezes bastante militarizada, converge com a abordagem realista de que o Estado é o único actor tanto na dimensão interna como externa (Morgenthau 1967). Dando maior consistência a este prisma teórico é que os partidos que herdaram o poder político com a transição do regime colonial para o pós-colonial fizeram de tudo para consolidar a hegemonia política com a assunção de uma retórica política de que eram os únicos e legítimos representantes na unificação nacional e consolidação da nação-Estado (Monteiro 2001).

Na senda da segunda lente teórica, entra a democracia revolucionária. Um pressuposto doutrinário e ideológico de regime político que privilegia o centralismo político de forte influência soviética (Zippelius 1997) ou, por outras palavras, uma doutrina ideológica, sociológica e económica que muitos designam de socialismo no Estado (Prélot 2001, 257-284), que em parte resultou de uma interpretação enviesada do princípio de soberania popular defendida por Rousseau (1973), em que o aparelho do Estado é assegurado por uma élite política que exerce o poder de um modo «musculado», não admitindo fragmentações políticas e ideológicas na sociedade.

No contexto africano, o prisma teórico da democracia revolucionária aplica-se com muita consistência no período em análise porque afigurou-se naquilo que os líderes pós-coloniais da época designavam como «Socialismo Africano» (Monteiro 2001), que no fundo era seguir o princípio doutrinário do socialismo no Estado do modelo soviético. De realçar a existência de regimes políticos bastantes militarizados no continente no período pós-colonial e casos de independências forçadas através de lutas armadas, alicerçadas nas tácticas de guerrilha ou em guerras subversivas fortemente influenciadas por estratégias puras ou clássicas, como a de Sun Tzu (2008), ou do realismo ofensivo de Clausewitz (2003).

Nesse sentido, analisando a lógica da democracia revolucionária em África, é de realçar que, ao contrário dos argumentos de David Easton (1953), Talcot Parsons (1969), Almond e Verba (1963) ou Dahl (2000), que de um modo geral defendem um sistema pluralista e interdependente, em que o sistema político envolve o Estado e outros



elementos do sistema, como por exemplo, sindicatos, grupos de pressão, entre outros, já na lógica da democracia revolucionária, o sistema político praticamente é o Estado.

2. Evolução da Segurança do Partido-Estado Vs Segurança Humana em Cabo Verde de 1975-1990.

Nesta secção, trazemos os conceitos de democracia revolucionária e de segurança humana, discutidos na segunda secção deste artigo, na análise da nossa problemática. Nesse sentido, partimos dos trabalhos e análises mais consistentes, como a de Fafali Koudawo (2001) e Humberto Cardoso (1993), sobre a democracia revolucionária e o partido único em Cabo Verde, tomamos também como suporte a teoria de securitização, problematizada por Buzan que ganhou destaque no contexto pós-Guerra Fria (Buzan 1998), aplicando uma metodologia comparativa entre os dois países. Nesse sentido, é pertinente aplicar a metodologia comparativa na óptica daquilo que Charles Ragin defende, a ideia de que este método é importante para compreender os estudos de caso, sobretudo quando os casos a comparar não são muitos, aliás uma prática bastante usual em ciências sociais (Ragin 1987).

Já tínhamos tido reflexões na nossa tese de doutoramento (Tavares 2016) e, consequentemente, num artigo científico (Tavares 2017) em que demostramos que a prática de políticas públicas internas e externas de Cabo Verde se notava alguma preocupação com a segurança humana. Nesse sentido, tínhamos realçado que é mister considerar que os princípios da coerência e do pragmatismo nortearam a política externa cabo-verdiana de modo eficiente e tributário do desenvolvimento interno do país, uma vez que as vulnerabilidades estruturais do arquipélago não permitiriam uma acção diplomática externa assente em outros princípios. Na altura, remetemos a nossa análise para o campo da filosofia e da *praxis* diplomática, quiçá de uma filosofia de princípios éticos e morais dos Estados nas suas acções externas. Numa primeira análise, considerámos que o pragmatismo, que sempre constituiu os alicerces de uma política externa desenvolvimentista, ou auxiliar do desenvolvimento do arquipélago em vários momentos da história, parafraseando Katia Cardoso (2008, 193-206), se alicerça num



pragmatismo utilitarista clássico que enforma o pensamento liberal de autores como Jonh Stuart Mill (1863) e Jeremy Bentham (Long 1977) em oposição a uma ética kantiana do dever moral (Kant 2004).

Também refletimos que os indivíduos constituem os principais fundamentos do utilitarismo clássico. Assim, num primeiro momento, Mill e Bentham fundamentam as suas análises colocando a tónica sobre os indivíduos, não nos Estados (Gonçalves 2014, 49-71; Nye 2002, 24-34). Num segundo momento, a corrente utilitarista liberal toma como critério ético a maximização da satisfação colectiva dos indivíduos numa sociedade, ou seja, quanto mais felicidade proporcionada a um maior número de indivíduos, melhor seria a concretização desta ética utilitarista.

Podemos afirmar com coerência analítica que estes princípios foram bem absorvidos e incorporados na *praxis* política e diplomática cabo-verdiana, nos vários momentos da construção e consolidação do Estado. Num primeiro momento, podemos encontrar este pragmatismo utilitarista nos primórdios da independência nacional. Neste momento crucial da história do arquipélago, uma das principais preocupações dos governantes nacionais foi a garantia da sobrevivência dos cidadãos e o bem-estar dos mesmos (Silva 2001, 53-68; Varela 2005, 229-251). Nas primeiras décadas da independência nacional, o paradigma de cooperação e política externa cabo-verdiana consubstanciava-se na viabilização do Estado, com as estruturas económicas débeis herdadas da colonização. Perante esta realidade, imponha-se uma política externa e de cooperação internacional com intuito de maximização de recursos exógenos, nomeadamente os recursos alimentares e as ajudas monetárias, ou seja, vê-se a predominância de uma diplomacia externa virada para a maximização da ajuda pública ao desenvolvimento.

Herdando um país desprovido de recursos para o processo de construção de Estado no período pós-colonial, e pondo a segurança e a protecção humanas, nomeadamente os desideratos da segurança alimentar, no centro das políticas públicas, a



actuação política e diplomática dos governantes cabo-verdianos não se afastou muito dos princípios utilitaristas clássicos de Mill e Bentham.

Numa análise “polítologica”, o partido único em Cabo Verde não foi tão negativo tal como muitos defendem (Silva 2005, 182; Cardoso 1993, 93), foi antes um período de consolidação da independência, com muitos avanços positivos na construção dos alicerces de um Estado Moderno, ultrapassando de longe os outros Estados de expressão portuguesa, que obtiveram a independência na mesma altura (Tavares 2010, 62). Não obstante, todas estas referências positivas do monopartidariíssimo em Cabo Verde, não se pode descurar práticas políticas alicerçadas na filosofia moral do Estado, que em alguns momentos pôs em causa os princípios da segurança humana em detrimento da materialização do princípio da segurança do regime ou do partido-Estado. Segundo Eduardo Jorge Silva, director da Política Externa cabo-verdiana, quase não se falava então de ameaças e de riscos do ambiente geoestratégico nacional, ao contrário do que acontece hoje, no período pós-Guerra Fria ou pós-11 de setembro. A segurança, durante este primeiro período da independência, tinha significados e aplicações diferentes. Segundo este dirigente, falava-se mais da segurança do partido-Estado e do próprio regime monopartidário (Silva 2014). Isso é comprovável se levarmos em conta um conjunto de mecanismos que foram criados durante este período para garantir a segurança do partido-Estado e do regime monopartidário: a criação da polícia política e das milícias populares, a proibição de existência de qualquer força política adversária e as perseguições políticas (Kowdawo 2001, 263-276; Moniz 2009, 185-186).

Esta política de segurança mais direcionada para a segurança do regime do que para a segurança nacional propriamente dita encontra-se plasmada de forma muito mais clara e directa no segundo Programa de Governo da I República: «Para a realização dos objectivos económicos, sociais e culturais estabelecidos, é condição sine qua non que haja no nosso país sossego, paz e se garanta a defesa e a segurança do regime» (Governo de Cabo Verde 1981).



Partindo destas análises, nota-se uma ambivalência prática no que tange à problemática deste artigo, no sentido em que, no primeiro momento, toda a retórica discursiva que justificava a importância da independência nacional e garantia a viabilidade do Estado e a sobrevivência das pessoas ligava-se a práticas políticas consistentes; por outro lado, houve práticas políticas que, em certas ocasiões, puseram em causa os princípios da segurança humana, embora com implicações negativas bastantes inferiores, se compararmos com o caso da Guiné-Bissau. Vários aspectos explicam essa relativa diferença de práticas políticas em Cabo Verde em relação à Guiné-Bissau que são reportados de seguida.

Um aspecto importante que devemos trazer para nossa análise é o facto de em Cabo Verde ter existido uma elite «social e política» desde o Nativismo, a Claridade e outros movimentos, os quais em nenhum momento defenderam a independência nacional do arquipélago, talvez autonomia política e administrativa e/ou adjacência (Lopes 2012; 2013). Nesse sentido, é de realçar que a independência nacional que aconteceu em 1975, foi um projeto imposto pelo PAIGC, a par de uma conjuntura internacional favorável às descolonizações no contexto pós-II Guerra Mundial (Springhall 2001). De qualquer modo, este projeto político acabou por se concretizar por vias da luta armada na Guiné-Bissau, por isso a luta não teve impactos tão negativos em Cabo Verde, ao contrário da Guiné, que herdou, de uma forma mais substancial, as pesadas heranças da luta armada².

Outra nota digna de registo é que grande número de cabo-verdianos não simpatizavam com o projeto da independência nacional, também porque a luta não foi sentida em Cabo Verde. Tanto é que houve hipótese de se realizar um referendo para saber se os cabo-verdianos queriam ou não a independência (Lopes 2012; 2013). Tal referendo não aconteceu, mas pode-se constatar que houve uma transição política

² Aliás, reiterando novamente os argumentos de Renato Cardoso, não é fácil desconstruir as pesadas heranças da colonização tão rapidamente (cf. Cardoso 1986). Claro que perante estas circunstâncias a luta de libertação nacional seria indelevelmente um agravante do contexto sociopolítico no período pós-colonial.



negociada e pacífica do regime colonial para o pós-colonial³, uma das razões que explica a existência de um autoritarismo menos repressivo quando com as outras latitudes e rejeita, assim, a existência de um totalitarismo em Cabo Verde. Aliás, logo após a independência suscitou-se a hipótese de Cabo Verde optar pelo modelo de democracia liberal, pluralista e representativa porque, à partida, se considerava que tinha condições sócio-antropológicas favoráveis para o efeito, nomeadamente a ausência de fragmentações étnico-tribais, ao contrário da realidade guineense e de outros países, a qual justificava o maior encaixe do «socialismo africano», modelo da democracia revolucionária, por causa da realidade social. No entanto, parece que na altura o discurso dominante era de que o multipartidarismo não era uma prioridade nacional, considerando-se que a atenção se devia centrar em questões tidas como mais importantes, como a viabilização do Estado⁴. Outra situação visível era o impacto ideológico, mais para o lado da democracia revolucionária, que neutralizava o avanço da democracia liberal representativa. Também outra evidência não menos importante é o contexto político do século XX marcado pela ascensão dos regimes autoritários e totalitários como o nacional-socialismo na Alemanha (nazismo), a afirmação do comunismo na União Soviética, do Fascismo em Itália, do franquismo em Espanha, do Estado Novo em Portugal; ou do comunismo em Cuba, na República Popular da China, entre outros casos⁵.

Esse contexto, marcado pela afirmação destes regimes teve também efeito contagiante em Cabo Verde. Podemos reparar que Portugal por exemplo só teve a transição política para a democracia liberal, pluralista e representativa no início dos anos 70, que coincide com a independência nacional de Cabo Verde, na sequência da Revolução dos Cravos em 1974 e, desta data até 1976, viveu um período conturbado (designado como período revolucionário) com alguma incerteza quanto ao futuro do país na altura, no que tange ao regime político (Sá 2004; Ferreira 2006). Por outro lado, um

³ Para além de não ter havido luta de libertação nacional, também não se pronunciou a declaração unilateral das ilhas, como aconteceu na Guiné-Bissau em 1973 (uma situação de ruptura). A independência de Cabo Verde foi negociada no contexto pós-25 de Abril de 1974 em que o próprio discurso político da élite política revolucionária em Portugal propugnava pelo lema «Descolonizar, Democratizar e Desenvolver».

⁴ David Hoppfer Almada, entrevista.

⁵ Sobre esta matéria, (Arendt 1973).



número considerável de países considerados parceiros tradicionais de Cabo Verde cultivavam o princípio da democracia revolucionária, casos de Cuba, da URSS ou da República Popular da China, princípios que foram bem absorvidos e vincularam-se juridicamente e politicamente⁶ até aos finais dos anos 80, em consequência do desmoronamento da URSS e a reafirmação do capitalismo e dos valores políticos e económicos ocidentais (Fukuyama 2001).

Pese embora em Cabo Verde o regime político não ter sido assim tão repressivo como aconteceu em outras latitudes – nota-se até que, por um lado, na altura havia alguma preocupação com a segurança humana, a segurança alimentar e a sobrevivência nacional, bem como um discurso que procurava justificar a independência e evitar que certas situações acontecessem, como as formas cíclicas que fustigaram os cabo-verdianos no regime colonial; e, por outro lado, regista-se o desenvolvimento de políticas públicas consistentes para viabilizar o país e contrariar os discursos pessimistas sobre a inviabilidade de Cabo Verde, discursos que se concretizaram na prática –, não se pode negligenciar algumas práticas que contrariam o discurso da segurança humana em detrimento da segurança do partido-Estado. A primeira evidência é que há sempre excessos, nos contextos de rupturas políticas, e, por consequência, perseguições. Pese embora, em Cabo Verde, haja quem alegue que não houve ruptura na transição do regime colonial para o pós-colonial, o certo é que houve uma luta armada, mesmo que não no território cabo-verdiano, tendo aberto um precedente para a independência nacional. E como realçámos anteriormente, nem todos eram a favor da independência, acabando por ser um projeto imposto pelo PAIGC. Por isso, se o regime colonial perseguia os opositores, muitos tornaram-se presos políticos ou viveram situações piores; após a independência, o regime político monopartidário desenvolveu práticas semelhantes relativamente aos seus opositores, começando pelos que não simpatizavam com a independência ou que tinham ideias políticas diferentes⁷, razão pela qual muitos

⁶ Constituição de Cabo Verde de 1980.

⁷ De realçar que ainda na fase de transição para a independência nacional (1974) o Campo de Concentração de Tarrafal recebeu dezenas de presos políticos adversários do PAIGC, afectos à UPICV e à UDC.



emigraram. Esta situação também não é muito diferente da que se verificou na transição do regime monopartidário para o pluripartidário; neste último, muitos sentiram-se também perseguidos pelas suas militâncias partidárias no PAICV ou por ocuparem determinadas funções durante a governação desse partido.

Outra evidência empírica tem que ver com a justiça repressiva que se aplicava na época. Em termos penais, foram práticas importadas que remontam ao período anterior à independência nacional. Realizavam-se julgamentos severos no contexto da luta armada na Guiné-Bissau e na Guiné-Conacri; os dirigentes nacionais são fruto desse contexto por fazerem parte desse processo político. Por isso, era normal trazerem essas práticas para Cabo Verde, embora com algumas diferenças em relação à Guiné-Bissau; por exemplo, em Cabo Verde, desde o início, não houve aplicação da pena de morte, uma das razões para mostrar que a repressão em Cabo Verde foi menor.

Em termos repressivos, foram restabelecidas algumas práticas e mecanismos que existiam no regime do Estado Novo, típicos dos regimes autoritários e totalitários. No Estado Novo existia a PIDE/DGS e em Cabo Verde não tardou que fosse criada a figura de Polícia Política. A par desta, foram também criados outros instrumentos que se afiguravam no aparelho do Estado, como os tribunais de zona e as milícias populares⁸.

Auscultando alguns dos nossos entrevistados, que viveram e conheceram bem o regime do partido único em Cabo Verde, eles realçam que o regime político em análise de facto, não se afigurou como um regime político tão repressivo como aconteceu em outras latitudes; e advertem que a repressão foi mais sentida nas pessoas que se opunham ou confrontavam, às diretrizes do sistema. São perentórios em afirmar que as pessoas que levavam uma vida humilde, sem qualquer tipo de confrontação com o partido não sentiram de forma alguma a repressão política⁹. Paradoxalmente, em todos os regimes

⁸ Sobre uma perspectiva crítica sobre esta matéria: (Santos 2015)

⁹ Para dar alguma consistência a este argumento, note-se que o trecho parafraseado é de um militante do Movimento para a Democracia, um partido que resultou da dissidência dentro PAICV.



políticos autoritários e totalitários as principais vítimas são os opositores e Cabo Verde também encaixa nesta realidade, referindo-nos ao período em análise. As situações que se podem identificar, no caso em apreço, remetem para a forma como as pessoas e os movimentos políticos que tinham ideias políticas diferentes do PAICV eram enquadradas no contexto político da época, os casos das pessoas ligadas ao UPICV e a UDC¹⁰. Uma outra situação evidente que se criou no sistema, e que é muito pertinente para a análise política, é o facto de a ala política do partido que estive na luta armada na Guiné-Bissau e na Guiné-Conacri dar a ideia de que assumia ter uma maior legitimidade de representação política dos cabo-verdianos, vendo as outras alas com desconfiança, no que resultou em afastamentos e dissidências políticas (Lopes 2012; 2013).

Não obstante a repressão política em regimes monopartidários afetar particularmente os opositores ou os que possuem ideias contrárias; em Cabo Verde, havia uma outra situação digna de registo, durante o período em análise, que era a forma como o rigor e a disciplina eram impostos à sociedade, o que, por um lado, se pode considerar como um aspecto positivo, porque mitigava eventuais comportamentos desviantes, mas por outro dava origem a excessos na sua aplicação, a qual, muitas vezes, ultrapassavam os limites da razoabilidade, suscitando alguns impactos negativos na segurança humana (Santos 2015).

É de realçar alguns incidentes em que o partido-Estado se envolveu com repercussões na inseurança humana. As diferentes manifestações sociais que começaram a surgir – manifestações estudantis no Mindelo, incidentes na ilha do maio, em 1989 (Évora 2004), manifestações dos agricultores em 1981, que resultou numa repressão por parte das autoridades resultando em vítimas¹¹ – demonstraram, por um lado,

¹⁰ Vivendo num contexto da democracia revolucionária e a assunção de determinados valores políticos e ideológicos, como a unidade Guiné e Cabo Verde, obviamente que as organizações que pugnavam por ideologias e projectos políticos diferentes não eram aceites, pelo que não tinham ou não lhes era dado qualquer tipo de enquadramento no sistema político, que era bastante centralizado e em que o regime se confundia com o Estado.

¹¹ O incidente do 31 de Agosto de 1981 foi marcado por uma repressão política com alguma gravidade na segurança humana, pelo facto de os manifestantes se terem opostos às diretrizes do partido-Estado, quando este queria impor uma política de reforma agrária que ia contra os interesses dos agricultores.



as tendências de mudança política no contexto internacional e nacional e, por outro, uma percepção de que a sociedade civil se sentia «sufocada» pelo regime e queria uma maior liberdade política e social.

Dentro desta lógica de uma afiguração política marcada pelo centralismo político em que o partido-Estado tinha o controlo absoluto sobre todos os quadrantes da sociedade como a própria Constituição plasmava¹², reflectia-se num sistema judicial ineficaz e de duvidosa transparência e imparcialidade. Nesse sentido, as milícias populares, os tribunais de zona, os magistrados trabalhavam em consonância com os interesses ou a lógica do partido- Estado porque a separação dos poderes (como acontece no Estado de direito democrático) é bastante ineficaz. Por isso, por mais que o partido-Estado atuasse, na política interna e externa, com vista a salvaguardar os interesses nacionais (e foi consistente nesse sentido), por outro lado, era inevitável a existência de situações de atropelo aos direitos e às liberdades, bem como implicações negativas na segurança humana.

(Re)interpretando a matriz ideológica do PAIGC/CV, tendencialmente para a extrema-esquerda (marxista e/ou comunista), é evidente, como em outros casos similares, que o PAICG/CV interpretava o princípio da soberania popular na lógica de que representava o interesse de todos os cabo-verdianos, de modos que qualquer tipo de manifestação social, liberdade de pensamento e atitude que fosse contra os interesses do partido afigurava-se como um «vírus», logo, constituía-se como algo de estranho¹³, resultando em choques e, normalmente, repressão política.

Considerações finais

Temos de contextualizar o partido único em Cabo Verde e as implicações na (in)segurança humana numa lógica de construção social e política, trazendo para o debate

¹² Ver o artigo 4 da constituição da República de 1980.

¹³ Tinha de ser aniquilado até para não ter um efeito de contágio.



as perspectivas sociológicas de Émile Durkheim (Durkheim 2010) e as perspectivas teóricas da Escola Inglesa e do Construtivismo das Relações Internacionais (Bull 1977; Dunne 1998; Wendt 1999; Onuf 1998, 58-78). A ideia de trazer estas contribuições teóricas vai no sentido de explicitar que determinadas normas sociais e práticas políticas têm alguma aceitabilidade, contextualizando-se em períodos específicos. Nesta lógica, mudam-se os tempos e mudam-se as normas e práticas políticas através de um processo de construção.

A existência de regimes autoritários e totalitários explica-se e encaixa-se nos seus contextos e períodos específicos. Ter um regime autoritário em Cabo Verde, mantendo práticas políticas não abonatórias até aos finais dos anos 80 do século passado, afigura-se num contexto histórico e político que tanto no plano interno como internacional aceitava e reconhecia alguma razoabilidade nessas práticas, legitimando-as até. Como realçámos no desenvolvimento deste artigo, num primeiro momento, iniciou-se a expansão marítima e, consequentemente, a colonização, uma prática política aceite e que dava um certo prestígio aos Estados, situação que perdura até à II Guerra Mundial. Depois deste conflito, começou-se a criticar e repudiar tais práticas, iniciando-se um novo capítulo na história, consagrando o princípio da autodeterminação dos povos e uma teleologia para as independências nacionais. Depois das independências, os regimes de partido único tiveram os seus momentos de aceitabilidade. A queda do Muro de Berlim provocou uma mudança e/ou ruptura com os valores dos regimes centralizados¹⁴ e afirmação de novos valores, associados à democracia ocidental, assumindo assim vozes críticas aos modelos de partido único, daí a lógica de aplicar os conceitos e teorias supramencionadas de que a política, internacional e nacional, se configura numa metamorfose em articulação com os discursos e normas socialmente constituídos.

Na verdade, todo o discurso emancipatório que se vinculou em África no período pós-II Guerra Mundial, por um lado, criticava a prática política colonial como um acto de violação da segurança e dignidade humana; por outro, reivindicava as independências



segundo uma visão teleológica da libertação do continente destas práticas e, consequentemente, de promoção do desenvolvimento no período pós-colonial, a todos os níveis, o que abarcaria seguramente a segurança humana. Numa análise retrospectiva do continente, das independências até à presente conjuntura, é perentório afirmar que os desideratos da segurança humana no período pós-colonial falharam na maioria dos casos, devido a heranças complexas da prática colonial, mas devido também a muitas contradições, as quais engendraram violências políticas construídas em associação com a evolução do processo político, em ruturas e contra-ruturas, estando os seus mentores, ou os aspirantes às lideranças políticas, nos bastidores do poder político. Daí que muitos problemas que têm afetado a segurança humana, para além da violência política praticada pelos bastidores do poder político, se deve também à ineficácia das políticas públicas, à corrupção ou a lideranças políticas ineficazes, que se têm constituído como fatores de subdesenvolvimento, muitas vezes com impactos nas migrações forçadas.

Em Cabo Verde o discurso efetivou-se em termos práticos. Um território em que, no regime colonial, as populações foram fustigadas e dizimadas por fomes cíclicas com milhares de mortes e com impactos nas emigrações, que em certos casos podem considerar-se como forçadas; contudo, no contexto pós-colonial, estas situações extremas não aconteceram e a eficácia das políticas públicas contrariou também os discursos negativos, que apontavam para a inviabilidade do arquipélago como Estado soberano. Estas evoluções representam importantes conquistas em matéria de sobrevivência e segurança humana. Porém, por ser um contexto ou período em que ainda se vivia em regimes autoritários, mesmo em algumas latitudes mais desenvolvidas do mundo, também em Cabo Verde o regime do partido único, que se afigurou como autoritário, teve práticas políticas que, em certos momentos, puseram em causa os princípios da segurança humana em detrimento da segurança do partido-Estado. Seja como for, em Cabo Verde, a repressão em nome da segurança do partido-Estado foi menor, comparando com outras realidades, como o caso da Guiné-Bissau. Vários fatores explicam esta diferença: o arquipélago não foi palco da luta de libertação nacional, daí ter herdado pouco as influências desse processo; tinha formado uma elite política e burocrática mais



consistente do que a da Guiné-Bissau; em Cabo Verde, não havia problemas de base socio-antropológicas, problemas estes que criaram e/ou complementaram consideravelmente os problemas que afetaram a segurança humana em países como a Guiné-Bissau.

Em suma, o regime político em Cabo Verde, de 1975 a 1990, afigura-se no contexto em que a realidade empírica da política internacional se revertia favoravelmente nas teorias e/ou doutrinas de segurança tradicional¹⁵ e do direito Internacional Tradicional. Neste contexto, a preocupação central dos Estados convergia ou era tendencialmente convergente com as teses moralistas do Estado¹⁶, nomeadamente a garantia da segurança das fronteiras, a integridade territorial e a proteção dos países face a agressões externas. No caso de Cabo Verde, embora hipoteticamente nunca se tenha suscitado a questão ou a possibilidade de uma agressão externa, o contexto político internacional na altura influenciou as práticas políticas, com reflexos nas políticas clássicas de segurança e defesa. A assunção de um regime político fortemente influenciado pelos princípios do marxismo e do comunismo, que de certa forma privilegia o centralismo político e económico, no contexto da bipolarização ideológica da Guerra Fria, e as desconfianças constantes que ostentava o regime, tanto no plano interno como internacional, repercutiam-se nas políticas de segurança do Estado.

Dentro desta lógica da segurança do Estado, na perspectiva tradicional, ainda é de realçar um contexto histórico e político que no qual ainda grassavam e/ou permaneciam as doutrinas geopolíticas e geoestratégicas clássicas, que se afiguravam como instrumentos de consolidação e projeção dos Estados. Nos casos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, estas doutrinas, num primeiro momento, terão influenciado as doutrinas militares da luta de libertação nacional, em termos do conhecimento e domínio do território (aéreo, marítimo e terrestre) e, também, as ideias revolucionárias da luta. Num

¹⁵ Esta doutrina inspira-se nos clássicos da filosofia política como: (Maquiavel 2002; Tucídides 2010 ; Hobbes 1995. Estes autores teriam influenciados os principais teóricos da segurança tradicional e/ou conflital competitiva das relações internacionais e da /política internacional como: (Morgenthau 1967; Carr 1939; Waltz 1959; 1979; 2012).

¹⁶ Sobre a perspectiva moralista do Estado, destaque para o autor Walzer (1977).



segundo momento, que corresponde ao período pós-independências, estas ideias geopolíticas, geoestratégicas e revolucionárias não desapareceram tão cedo. No caso da Guiné-Bissau, seriam mais duradouras, devido à herança directa de todo esse processo, mas no caso de Cabo Verde o impacto foi menor; contudo, a elite política dominante do partido único que sustentou o governo durante os primeiros quinze anos da independência nacional foi engendrada no contexto e/ou foi produto da luta de libertação nacional, dando pouco espaço de afirmação política às outras alas, que não estiveram directamente envolvidas na luta de libertação nacional. Por isso, era espectável que algumas práticas políticas, administrativas, penais e outras, que estas elites absorveram na Guiné, fossem trazidas para o arquipélago.

A assunção do PAIGC/CV como partido do núcleo dirigente do Estado e da sociedade, uma inspiração claramente soviética, que para além de ser revolucionária, proibia a existência de quaisquer manifestações políticas, partidárias e sociais, um modelo de partido-Estado com um controlo absoluto sobre as propriedades (centralismo económico); em termos penais, dava origem a situações de castigos que não eram bem disciplinados pelo direito. Em relação a este último aspecto, vê-se que a prerrogativa do Estado em actuar numa concepção weberiana como monopólio legítimo do uso da força física em certos momentos foi aplicado com excesso, inviabilizando assim um Estado de direito democrático, que se por um lado pressupõe a existência desse quadro legal do uso da força física, por outro impõe uma limitação do poder político em detrimento dos direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos.

Também o próprio quadro legal e constitucional era bastante deficitário. De realçar que, de 1975 a 1980, não houve uma constituição em Cabo Verde, mas sim uma lei de organização do partido e do Estado, que deveria vigorar escassos meses (transitória), mas acabou por funcionar durante cinco anos. Nesse documento, não se vislumbrava aspectos essências relativas aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. A Constituição de 1980, a primeira Constituição da República de Cabo Verde entrou muito timidamente nesse campo, dando ênfase ao PAICV como o herdeiro ou a



continuação dos princípios ideológicos do PAIGC na sequência da ruptura política com a Guiné-Bissau.

Referencias Bibliográficas

- Adler, Emmanuel. 1997. “Seizing the Middle Ground : Constructivism in World Politics”. *European Journal of International Relations*.
- Almond, Gabriel e Sidney Verba. 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton University Press.
- Arendt Hannah. 1973. *The Origins of Totalitarianism*. Harvest Book.
- Armstrong, David, Lorna Lloyd e John Redmond (eds.). 2013. *International Organisation in World Politics (The Making of the Twentieth Century)*. Palgrave Macmillan.
- Aron, Raymond. 1962. *Paix et Guerre Entre les Nations*. Calmann-Lévy.
- Ash, Timothy. 2006. *Free World: A América, a Europa e o Futuro do Ocidente*. Alêtheia.
- Assembleia Nacional. 1980. *Constituição de Cabo Verde de 1980*. ANC
- Badie, Bertrand e Marie-Claude Smouts. 1999, *O Mundo em Viragem: Sociologia da Cena Internacional*. Instituto Piaget.
- Beeson, Mark. 2007. *Regionalism and Globalization in East Asia: Politics, Security and Economic Development*. Palgrave Macmillan.
- Booth, Ken. 1991. “Security and Emancipation.” *Review of International Studies*, outubro de 1991.
- Booth, Ken. 2000. “The Kosovo Tragedy: The Human Rights Dimensions.” “The Kosovo Tragedy: The Human Rights Dimensions”. *International Journal of Human Rights*.
- Bowden, Mark. 1999. *Black Hawk Down: A Story of Modern War*. Bantam Books.
- Brown, Chris e Kirsten Ainley. 2012. *Compreender as Relações Internacionais*. Gradiva.



Bull, Hedley. 1977. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Columbia University Press.

Buzan, Barry e Ole Waever. 1997. “Slippery? Contradictory? Sociologically Untenable? The Copenhagen School Replies.” *Review of International Studies*, 1 de abril.

Buzan, Barry, Ole Waever e Jaap de Wilde. 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers.

Buzan, Barry. 1991. *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War*. Harvester Wheatsheaf.

Buzan, Barry. 1997. “Rethinking Security After the Cold War.” *Cooperation and Conflict*, 1 de março.

Cardoso, Humberto. 1993. *O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança*. Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Cardoso, Kátia. 2008. “A Diáspora ao Serviço do Desenvolvimento: Os Pontos de Contacto entre a Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana” In *Cabo-verdiana (s): As Múltiplas Facetas da Imigração Cabo-verdiana* editado por Pedro Góis. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Cardoso, Renato 1986. *Cabo Verde, Opção por uma Política de Paz*. Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

Carr, Hallet. 1939. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Macmillan.

Chris Brown e Kirsten Ainley. 2012. *Compreender as Relações Internacionais*, Lisboa, Gradiva.

Clausewitz, Carl Von. 2003. *Princípios Da Guerra: Iintrodução e Comentários de Francisco Abreu*, 1^a ed. Edições Silabo.

Correia, Pedro. 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, vol. I : *Conceitos, Teorias, Doutrinas*. Almedina e CES.

Couto, Abel (ed.). 1988. *Elementos da Estratégia: Apontamentos Para um Curso*, (vol. I). Instituto de Altos Estudos Militares.



Dahl, Robert. 2000. *Democracia. Temas e Debates.*

Dewitt, David. 1994. “Common, Comprehensive and Cooperative Security”, *Pacific Review*.

Dunne, Tim. 1998. *Inventing International Society: A History of English School*. Saint Martin’s Press.

Durkheim, Émile. 2010[1895]. *As Regras do Método Sociológico*, 11^a ed. Presença.

Easton, David. 1953. *The Political System*. Knof.

Edward Hallet Carr. 1939. *The Twenty Years’ Crisis, 1919-1939*, London, Macmillan, 1939;

Elaigwu, Isawa J. e Ali Mazrui. 2010 “Construção da Nação e Evolução das Estruturas Políticas” In História Geral da África, vol. VIII, editado por Ali A. Mazrui e C. Bondji, UNESCO, Ministério da Educação do Brasil e Universidade Federal de São Carlos.

Evans, Gareth. 1993. *Cooperating for Peace: The Global Agenda for the 1990s*. Allen and Unwin.

Évora, Roselma. 2004. *A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Spleen Edições.

Ferreira, José. 2006. *Cinco Regimes na Política Internacional*. Presença.

Fischer, Dietrich. 1993. *Aspects of Security: A Systems Approach*, Aldershot, Dartmouth Publishing Co. e Ashgate.

Fukuyama, Francis. 1989. “The end of History?” *The National Interest*. Verão de 1989.

Fukuyama, Francis. 2001. *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva.

Gallois, Pierre. 1990. *Géopolitique: Les Voies de la Puissance*. Plon.

Gonçalves, Williams. 2014. “Política Externa: Dimensões, Actores e Modelos” In *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, editor por José Pina Delgado, Odair Varela e Suzano Costa. Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais



Gourevitch, Philip. 1998. *We Wish to inform You That Tomorrow we will be Killed with our Families: Stories from Rwanda*. Farrar, Straus & Giroux.

Governo de Cabo Verde, *Programa de Governo da I República de Cabo Verde (1981-1985)*, Praia, GOVCV, 1981.

Gray, Jonh. 2004. *Al-Qaeda e o Significado de Ser Moderno*. Relógio D' Água.

Hobbes, Thomas. 1995. *Leviatão ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Hurrelmann, Achim, Steffen Schneider e Jens Steffek (eds.). 2007. *Legitimacy in an Age of Global Politics*. Palgrave Macmillan.

James Wirtz. 2007. “A New Agenda For Security and Strategy?” In *Strategy in the Contemporary World*, 2^a, editado po John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen e Colin Gray. Oxford University Press.

Kant, Immanuel. 2003. *To Perpetual Peace, A Philosophical Sketch*, Indianapolis, Hackett Publishing Company.

Kant, Immanuel. 2004. *A Metafísica dos Costumes*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Keohane, Robert e Joseph Nye. 2001. *Power and Interdependence*, 3^a ed. Longman.

Keohane, Robert. 1989. *International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*, Boulder Co, Westview Press.

Ki-Zerbo, Joseph, Ali A. Mazrui, Christophe Wondji e A. Boahen. 2010,“Construção da Nação e Evolução dos Valores Políticos” in *História Geral da África*, vol. VIII editado por Ali A. Mazrui e C. Bondji, vol. VIII. UNESCO, Ministério da Educação do Brasil e Universidade Federal de São Carlos.

Koudawo, Fafali. 2001. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa;

Kratochwil, Friedrich. 1989. *Rules, Norms and Decisions*. Cambridge University Press.



Locke, Jonh. 2007. *Segundo Tratado do Governo: Ensaio sobre a Verdadeira Origem, Alcance e Finalidade do Governo Civil*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Long, D. G. 1977. *Bentham on Liberty: Jeremy Bentham's Idea of Liberty in Relation to his Utilitarianism*. University of Toronto Press.

Long, David e Peter Wilson (eds.). 1995. *Thinkers of Twenty Crises: Interwar Idealism Reassessed*. Clarendon Press.

Lopes, José. 2012. *Cabo Verde: As Causas da Independência: (e o estado e a Transição para a Democracia na África Lusófona)*. Spleen Edições.

Lopes, José. 2013. *Cabo Verde: Os Bastidores da Independência*, 3^a ed. Spleen Edições.

Maquiavel, Nicolau. 2002. *O Príncipe*. Guimarães Editora.

Mathews, Jessica. 1989. “Redefining Security”, *Foreign Affairs*.

Mill, Jonh. 1863. *On Liberty*. Ticknor and Fields.

Miranda, Jorge. 2003. *Manual de Direito Constitucional, Tomo I: Preliminares, o Estado e os Sistemas Constitucionais*. Almedina.

Moniz, Elias. 2009. *Africanidades versus Europeísmos: Pelejas Culturais e Educacionais em Cabo Verde*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Monteiro, Ramiro. 2001. *A África na Política de Cooperação Europeia*. Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais.

Montesquieu. 1979. *De l' esprit des Lois I*, Paris, Garnier Flammarion.

Morgenthau, Hans. 1967. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 4^a. University of Michigan Press.

Morgenthau, Hans. 1990. “Uma Teoria Realista da Política Internacional” In: *Teoria das Relações Internacionais*, editado por Philipe Braillard. Fundação Calouste Gulbenkian.

Niebuhr, Reinhold. 1959. *The Structure of Nations and Empires*. Charles Scribner's Sons.



Nye, Joseph. 2002. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Gradiva.

Nye, Joseph. 2003. *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Oxford University Press.

Nye, Joseph. 2004. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, New York, PublicAffairs.

ONU. 1948. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. New York

ONU. 2009. *Carta das Nações Unidas: Estatuto da Corte Internacional de Justiça*, Rio de Janeiro, UNIC/Rio.

ONU.s/d. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Lisboa, Centro das Nações Unidas em Portugal, s/d.

Onuf, Nicholas. 1998. “Constructivism: A User’s Manual” in: *International Relations in a Constructed World*, editado por Vendulka Kubálková, Nicholas Onuf e Paul Kowert, Armonk, M. E. Sharpe.

Paris, Roland. 2001. “Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?”, *International Security*.

Parsons, Talcott. 1969. *Politics and Social Structure*. The Free Press.

Peter Singer. 2004. *Um Só Mundo: A Ética da Globalização*. Gradiva.

Pezarat, Pedro. 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, vol. I : *Conceitos, Teorias, Doutrinas*. Almedina e CES.

Prélot, Marcel e Georges Lescuyer. 2001. *História das Ideias Políticas, Volume II*. Presença.

Prins, Gwyn. 1994. “Notes Towards the Definition of Global Security: Global Security Programme.” Global Security Programme Occasional Paper (6).

Ragin, Charles. 1987. *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. University of California Press.

Rousseau, Jean-Jacques. 1973. *O Contrato Social*. Presença.



Sá ,Tiago. 2004. *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*. Editorial Notícias.

Sahnoun, Mohamed. 1998. "Mixed Intervention in Somalia and the Great Lakes: Culture, Neutrality and the Military" in: *Hard Choices: Moral Dilemmas in Humanitarian Intervention*, editado por Jonathan Moore Lanham, MD, Rowman e Littlefield.

Santos, Boaventura. 2015. *A Justiça Popular em Cabo Verde*. Almedina.

Schumpeter, Joseph. 2006. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Routledge.

Searle, John. 1995. *The Construction of Social Reality*. Allen Lane.

Shultz, Richard, Roy Godson e Ted Greenwood (eds.). 1993. *Security Studies for the 1990s*. Brassey's.

Silva, António. 2001. "O Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma Sociologia Política [de Cabo Verde]", *Cadernos de Estudos Africanos*.

Silva, Eduardo. 2014. "Análise da Integração de Cabo Verde na CEDEAO". Entrevistado por Adilson Tavares. Audio.

Silva, Mário. 2005. *Os Partidos Políticos e os Grupos de Cidadãos no Direito Eleitoral Cabo-verdiano*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Singer, Peter. 2004. *Um Só Mundo: A Ética da Globalização*. Lisboa: Gradiva.

Springhall, John. 2001. *Decolonization Since 1945: The Collapse of European Overseas Empires, Studies in Contemporary History*. Palgrave Macmillan.

Tavares, Adilson. 2010. "A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento: O Caso Paradigmático de Cabo Verde." Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

Tavares, Adilson. 2016. "Cabo Verde na Encruzilhada (Trans)Atlântica : Posicionamento Geopolítico e a Necessidade de uma Política Externa de Segurança e Defesa." Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Doutoramento.



Tavares, Adilson. 2017. "Cabo Verde e as Dinâmicas de (In)Segurança Internacional: Perspectivas para uma Política Externa de Segurança e Defesa". In *Estudos em Comemoração do X Aniversário do ISCJS: Dinâmicas Sociológicas, Estado e Direito*, editado por Leão de Pina, Gilson Pina e Odair Varela. Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais.

Thacur, Ramesh. 1997. "From Nacional To Human Security", In *Asia-Pacific Security: The Economic-Politics Nexus*, editado por, Stuart Harris e Andrew Mack. Allen and Unwin.

Tucídides. 2010. *História da Guerra do Peloponeso*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Tzu, Sun. 2008. *El Arte de la Guerra*, (El). Ediciones Martinez Roca.

Varela, Odair. 2005. "Para Além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estados 'Frágeis', 'Falhados' ou 'Colapsados?'" Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Vayrynen, Raimo. 1999. "Multilateral Security: Common, Cooperative, or Collective?" In *Future Multilateralism: The Political and Social Framework*, editado por Michael Schechter. United Nations University Pres.

Walt, Stephen. 1991. "The Renaissance of Security Studies." *International Studies, Quarterly*, junho.

Waltz, Kenneth. 1959. *Man, the State and War: A Theoretical Analysis*. Columbia University Press.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*, Reading Mass, Addison-Wesley Pub.1979.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. Reading Mass.: Addison-Wesley Pub.

Waltz, Kenneth. 2012. *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva.

Walzer, Michael. 1977. *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*. Basic Books.



Weber, Max. 1991. "Politics as a Vocacion" In *Essays of Sociology*, editado por HH. Gerth and C. Wrigth Mills. Routledge.

Weber, Max. 2005. *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Tribuna da História.

Wendt, Alexander. 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press.

Wilson, Woodrow. 1927. *The Public Papers of Woodrow Wilson: War and Peace, vol I*, editado por Ray Baker e William Dodd. Harper.

Wirtz, James. 2007. "A New Agenda For Security and Strategy?". In *Strategy in the Contemporary World*, 2^a ed., editado por John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen e Colin Gray. Oxford University Press.

Zippelius, Reinhold. 1997. *Teoria Geral do Estado*. 3^a ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

